

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 84, DE 2011

(Do Sr. Duarte Nogueira e outros)

Altera o § 1º, do art. 17 da Constituição Federal para fins de extinguir a possibilidade de realização de coligações para as eleições proporcionais.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD 2

Art. 1°. O § 1°, do art. 17 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, passa a vigorar

com a seguinte redação:

"Art. 17.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura

interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e

o regime de suas coligações eleitorais para as eleições majoritárias, vedadas

para as eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as

candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo

seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária." (NR)

Art. 2°. Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A experiência vivenciada em nosso país nas eleições dos últimos 25 (vinte e

cinco) anos revela que as coligações para as eleições proporcionais não atendem ao interesse

público de nossa sociedade, eis que, encerrado o pleito, verifica-se que os partidos coligados

não defendem um projeto comum na legislatura a qual concorreram juntos, como era de se

esperar.

Dessa forma, é inevitável que os eleitores brasileiros exerçam seu direito de

sufrágio acreditando estar votando em determinado programa político que, na prática, não se

materializa.

E, no caso das eleições proporcionais, essa realidade se agrava quando

verificamos que o voto em determinado candidato, de um partido, acaba auxiliando a eleição

de candidato de outra agremiação que, após eleito, passa a defender políticas públicas

extremamente diversas daquelas defendidas pelo partido ao qual o eleitor depositou o seu

voto.

Não há dúvidas que esta realidade contribui para a falta de credibilidade dos

partidos políticos, cuja imagem e valor devemos, com urgência, trabalhar para resgatarmos.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_4105 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO

Diante desta realidade é que espero de meus pares o apoio necessário para aprovarmos esta proposta de emenda constitucional, pois acredito que esta será uma importante mudança legislativa para fortalecimento dos partidos e da representação popular no Brasil.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2011.

Deputado Federal Duarte Nogueira Líder do PSDB

Proposição: PEC 0084/11

Autor da Proposição: DUARTE NOGUEIRA E OUTROS

Ementa: Altera o § 1º, do art. 17 da Constituição Federal para fins de extinguir a

possibilidade de realização de coligações para as eleições

proporcionais.

Data de Apresentação: 21/09/2011

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 173 Não Conferem 002 Fora do Exercício 006 Repetidas 024 Ilegíveis 000 Retiradas 000 Total 205

Assinaturas Confirmadas

- 1 AELTON FREITAS PR MG
- 2 ALBERTO FILHO PMDB MA
- 3 ALBERTO MOURÃO PSDB SP
- 4 ALEXANDRE LEITE DEM SP
- 5 ALFREDO KAEFER PSDB PR
- 6 ALMEIDA LIMA PMDB SE
- 7 ANDRÉ DIAS PSDB PA
- 8 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE
- 9 ANDRE MOURA PSC SE
- 10 ANDREIA ZITO PSDB RJ
- 11 ANTHONY GAROTINHO PR RJ

- 12 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
- 13 ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP
- 14 ANTONIO IMBASSAHY PSDB BA
- 15 ARIOSTO HOLANDA PSB CE
- 16 ARTHUR LIRA PP AL
- 17 ASSIS DO COUTO PT PR
- 18 AUGUSTO COUTINHO DEM PE
- 19 BENJAMIN MARANHÃO PMDB PB
- 20 BERINHO BANTIM PSDB RR
- 21 BIFFI PT MS
- 22 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
- 23 BRUNO ARAÚJO PSDB PE
- 24 CARLAILE PEDROSA PSDB 24 MG
- 25 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
- 26 CARLOS BRANDÃO PSDB MA
- 27 CARLOS ROBERTO PSDB SP
- 28 CARLOS SAMPAIO PSDB SP
- 29 CARLOS ZARATTINI PT SP
- 30 CARMEN ZANOTTO PPS SC
- 31 CELIA ROCHA PTB AL
- 32 CELSO MALDANER PMDB SC
- 33 CESAR COLNAGO PSDB ES
- 34 CÉSAR HALUM PPS TO
- 35 CHICO ALENCAR PSOL RJ
- 36 COSTA FERREIRA PSC MA
- 37 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
- 38 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
- 39 DOMINGOS DUTRA PT MA
- 40 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
- 41 DR. JORGE SILVA PDT ES
- 42 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP
- 43 EDIO LOPES PMDB RR
- 44 EDMAR ARRUDA PSC PR
- 45 EDSON EZEQUIEL PMDB RJ
- 46 EDSON SILVA PSB CE
- 47 EDUARDO AZEREDO PSDB MG
- 48 EDUARDO BARBOSA PSDB MG
- 49 EDUARDO CUNHA PMDB RJ
- 50 EDUARDO GOMES PSDB TO
- 51 EDUARDO SCIARRA DEM PR
- 52 EFRAIM FILHO DEM PB
- 53 ELIANE ROLIM PT RJ
- 54 ERIVELTON SANTANA PSC BA
- 55 EUDES XAVIER PT CE
- 56 FÁTIMA PELAES PMDB AP

- 57 FELIPE MAIA DEM RN
- 58 FERNANDO FERRO PT PE
- 59 FERNANDO FRANCISCHINI PSDB PR
- 60 FERNANDO MARRONI PT RS
- 61 FRANCISCO ESCÓRCIO PMDB MA
- 62 GERALDO SIMÕES PT BA
- 63 GERALDO THADEU PPS MG
- 64 GORETE PEREIRA PR CE
- 65 HÉLIO SANTOS PSDB MA
- 66 HEULER CRUVINEL DEM GO
- 67 HUGO LEAL PSC RJ
- 68 HUGO NAPOLEÃO DEM PI
- 69 INOCÊNCIO OLIVEIRA PR PE
- 70 IVAN VALENTE PSOL SP
- 71 IZALCI PR DF
- 72 JAIR BOLSONARO PP RJ
- 73 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
- 74 JESUS RODRIGUES PT PI
- 75 JILMAR TATTO PT SP
- 76 JOÃO CAMPOS PSDB GO
- 77 JOÃO PAULO CUNHA PT SP
- 78 JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL
- 79 JORGINHO MELLO PSDB SC
- 80 JOSÉ AIRTON PT CE
- 81 JOSEPH BANDEIRA PT BA
- 82 JOSUÉ BENGTSON PTB PA
- 83 JÚLIO CAMPOS DEM MT
- 84 JÚLIO CESAR DEM PI
- 85 JÚLIO DELGADO PSB MG
- 86 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO
- 87 JUNJI ABE DEM SP
- 88 JUTAHY JUNIOR PSDB BA
- 89 LAEL VARELLA DEM MG
- 90 LEANDRO VILELA PMDB GO
- 91 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
- 92 LILIAM SÁ PR RJ
- 93 LINCOLN PORTELA PR MG
- 94 LIRA MAIA DEM PA
- 95 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
- 96 LUIZ CARLOS PSDB AP
- 97 LUIZ CARLOS SETIM DEM PR
- 98 LUIZ COUTO PT PB
- 99 LUIZ FERNANDO MACHADO PSDB SP
- 100 LUIZ NISHIMORI PSDB PR
- 101 MANDETTA DEM MS

- 102 MANOEL SALVIANO PSDB CE
- 103 MARA GABRILLI PSDB SP
- 104 MARCELO AGUIAR PSC SP
- 105 MARCUS PESTANA PSDB MG
- 106 MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG
- 107 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL
- 108 MENDONÇA FILHO DEM PE
- 109 MILTON MONTI PR SP
- 110 MIRO TEIXEIRA PDT RJ
- 111 MOACIR MICHELETTO PMDB PR
- 112 NELSON BORNIER PMDB RJ
- 113 NELSON MARCHEZAN JUNIOR PSDB RS
- 114 NELSON MEURER PP PR
- 115 NEWTON CARDOSO PMDB MG
- 116 NILSON LEITÃO PSDB MT
- 117 NILTON CAPIXABA PTB RO
- 118 ODAIR CUNHA PT MG
- 119 ONOFRE SANTO AGOSTINI DEM SC
- 120 ONYX LORENZONI DEM RS
- 121 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
- 122 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
- 123 OTAVIO LEITE PSDB RJ
- 124 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
- 125 PADRE JOÃO PT MG
- 126 PASTOR MARCO FELICIANO PSC SP
- 127 PAULO ABI-ACKEL PSDB MG
- 128 PAULO CESAR QUARTIERO DEM RR
- 129 PAULO FREIRE PR SP
- 130 PEDRO CHAVES PMDB GO
- 131 PINTO ITAMARATY PSDB MA
- 132 POLICARPO PT DF
- 133 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
- 134 RATINHO JUNIOR PSC PR
- 135 REBECCA GARCIA PP AM
- 136 REINALDO AZAMBUJA PSDB MS
- 137 RENATO MOLLING PP RS
- 138 RIBAMAR ALVES PSB MA
- 139 RICARDO BERZOINI PT SP
- 140 RICARDO IZAR PV SP
- 141 RICARDO TRIPOLI PSDB SP
- 142 ROBERTO BALESTRA PP GO
- 143 ROBERTO SANTIAGO PV SP
- 144 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
- 145 ROGÉRIO CARVALHO PT SE
- 146 ROMERO RODRIGUES PSDB PB

- 147 RONALDO FONSECA PR DF
- 148 ROSANE FERREIRA PV PR
- 149 RUBENS BUENO PPS PR
- 150 RUBENS OTONI PT GO
- 151 RUI PALMEIRA PSDB AL
- 152 RUY CARNEIRO PSDB PB
- 153 SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO PT BA
- 154 SERGIO GUERRA PSDB PE
- 155 SÉRGIO MORAES PTB RS
- 156 TIRIRICA PR SP
- 157 TONINHO PINHEIRO PP MG
- 158 VALADARES FILHO PSB SE
- 159 VALDIR COLATTO PMDB SC
- 160 VALDIVINO DE OLIVEIRA PSDB GO
- 161 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
- 162 VANDERLEI MACRIS PSDB SP
- 163 VAZ DE LIMA PSDB SP
- 164 VITOR PENIDO DEM MG
- 165 WALDIR MARANHÃO PP MA
- 166 WALTER IHOSHI DEM SP
- 167 WANDENKOLK GONCALVES PSDB PA
- 168 WILLIAM DIB PSDB SP
- 169 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
- 170 ZÉ GERALDO PT PA
- 171 ZECA DIRCEU PT PR
- 172 ZENALDO COUTINHO PSDB PA
- 173 ZOINHO PR RJ

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:
 - I caráter nacional;
- II proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
 - III prestação de contas à Justiça Eleitoral;
 - IV funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional* nº 52, de 2006)
- § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- § 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
 - § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

- Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
 - § 1º Brasília é a Capital Federal.
- § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, farse-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (*Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15*, de 1996)

.....

FIM DO DOCUMENTO